Sexo	Classificação	Extensões de braços	Abdominais	Corrida de 80 m (em seg.)	Corrida de 2400 m (em min.)
Feminino	Apto	14	30	14,0	14,30
	A Aguardar classificação.	12	22	15,0	15,30

5 — Normas de organização.

a) Os executantes devem realizar as provas usando equipamento desportivo adequado (calção com perna e "t-shirt" com manga);
b) A realização das provas deve ser precedida de um adequado período de atividade física de adaptação ao esforço (aquecimento);
c) A execução das provas deverá ter um intervalo mínimo de 10 minutos;
d) Antes do início de cada prova deverá proceder-se à demonstração do modo correto de execução.

ANEXO E

Provas de Avaliação Científica

1 — Legislação:

a) Constituição da República Portuguesa;
b) Código do Procedimento Administrativo;
c) Lei de Defesa Nacional (Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na numeração conferida pela Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho);
d) Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho);
e) Lei Orgânica da Força Aérea (Decreto-Lei n.º 232/2009, de 15 de setembro);
f) Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (Lei n.º 11/89, de 1 de junho);
g) Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-B/99, de 31 de julho, Lei n.º 12-A/2000, de 24 de junho, Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 66/2001, de 22 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 232/2001, de 25 de agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 330/2007, de 9 de outubro e Lei n.º 34/2008, de 23 de julho);
h) Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio);
i) Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 16-T/2000, de 30 de dezembro e Decreto-Lei n.º 52/2009, de 2 de março);
j) Código de Justiça Militar (Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 2/2004, de 3 de janeiro);
k) Regulamento de Disciplina Militar (Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho);
l) Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro);
m) Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro);
n) Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro).

2 — Prova Oral:

A prova oral é constituída por questões de natureza teórico — prática colocadas oralmente pelo júri, relativamente a matérias constantes da legislação indicada.

206001381

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Aviso (extrato) n.º 5901/2012

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, da carreira de assistente técnico, da categoria de assistente técnico.

Nos termos do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informam-se os interessados de que o projeto de lista de candidatos admitidos e excluídos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 4531/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 59, de 22 de março de 2012, encontra-se disponível para consulta em www.prociv.pt, assim como em local visível e público, nas instalações do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Vila Real sito no Largo Conde de Amarante, Edifício do Governo Civil, R/C, 5000-529 Vila Real.

Para efeitos do exercício de audiência dos interessados a que se refere o artigo 31.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, e conforme o n.º 1 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, os interessados detêm o prazo de 10 dias úteis para, querendo, dizerem o que se lhes oferecer.

18 de abril de 2012. — O Presidente do Júri, *Carlos Manuel Gomes Matos da Silva*.

206002134

Polícia de Segurança Pública

Direção Nacional

Declaração de retificação n.º 553/2012

Por ter saído com inexatidão o despacho (extrato) n.º 5210/2012 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 75, de 16 de abril de 2012, a pp. 13575 e 13576, se republica o referido despacho na parte que interessa:

«Na sequência do procedimento concursal comum para a ocupação de posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o agente M/151181, Filipe Manuel Almeida Nunes, da Direção Nacional, concluiu com sucesso o período experimental, cessando como tal funções na PSP, com efeitos a 30 de novembro de 2011, por ter celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com a Direção-Geral dos Serviços Prisionais.»

16 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João,* técnico superior.

206002475

Declaração de retificação n.º 554/2012

Por ter saído com inexatidão o despacho (extrato) n.º 5211/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 75, de 16 de abril de 2012, a p. 13576, se republica o referido despacho, na parte que interessa:

«Na sequência do procedimento concursal comum para a ocupação de posto de trabalho para a carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o agente M/148469 — Ricardo da Silva Pinto, do Comando Metropolitano do Porto, concluiu com sucesso o período experimental, cessando como tal funções na PSP com efeitos a 20 de novembro de 2011, por ter celebrado contrato de trabalho por tempo indeterminado com a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.»

16 de abril de 2012. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

206002378

Declaração de retificação n.º 555/2012

Por ter saído com inexatidão o despacho (extrato) n.º 5212/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 75, de 16 de abril